

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1 Controle da Administração Pública. 1.1 Conceito, abrangência e espécies.

2 Controle externo no Brasil.

3 O Poder Legislativo e os Tribunais de Contas.

4 Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

5 Tribunais de Contas. 5.1 Natureza jurídica. 5.2 Forma de investidura, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. 5.3. Funções. 5.4 Eficácia das decisões. 5.5 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário. 5.6 AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas. Natureza. Finalidades. Atuação. Membros. 5.7 ATRICON – Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Natureza. Finalidades. Atuação. Membros.

6 Competências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 6.1 Competência para a apreciação da constitucionalidade de leis. 6.2 Competência para a revisão dos próprios atos. 6.3 Competência normativa.

7 Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 7.1 Iniciativa. 7.1.1 Própria 7.1.2 Denúncia. 7.1.3 Representação. 7.2 Instrumentos de Fiscalização. 7.2.1 Levantamento. 7.2.2 Auditoria. 7.2.3 Inspeção. 7.2.4 Acompanhamento. 7.2.5 Monitoramento. 7.3 Objeto da Fiscalização. 7.3.1 Atos e contratos. 7.3.2 Transferências constitucionais e legais. 7.3.3 Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres. 7.3.4 Aplicação de subvenções, auxílios e contribuições. 7.3.5 Arrecadação da receita. 7.3.6 Renúncia de receitas.

9 Ministério Público de Contas. 9.1 Natureza, competência, princípios e funções institucionais. 9.2 AMPCON – Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

10 Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina. 10.1 Competência, organização e composição. 10.2 Forma de investidura, regime jurídico, direitos, prerrogativas e vedações dos membros. 10.3 Atividade funcional. Atividade custos legis, representação ao Tribunal de Contas, representação a outros órgãos. Notificação Recomendatória. Prerrogativas processuais no processo de contas catarinense. 10.4 Atividade investigatória. Atividade de inteligência. Fontes – conceito, classificação, enumeração. Fontes abertas. Sistemas de busca. Técnicas de busca. Dados. Informação. Metadados. Data Mining. 10.5 Cooperação interinstitucional. 10.6 Regimento Interno do Ministério Público de Contas de Santa Catarina (Portaria MPC nº 48/2018 e suas atualizações).

11 Legislação. 11.1 Constituição Federal. 11.2 Constituição do Estado de Santa Catarina. 11.3 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 11.4 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

2 Administração pública. 2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito. 2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. 2.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 2.3.1 Princípios do Direito Administrativo. Origens, objeto e conceito. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. Segurança jurídica. Proteção à confiança. Boa-fé. 2.4 Administração pública na Constituição Federal. 2.4.1 Relação com legislação e jurisdição. Governo. Constituição. Federação. Personalidade jurídica. Estrutura fundamental no Brasil. 2.5 História da administração pública no Brasil. 2.6 Reformas administrativas. 2.7 Estrutura e funcionamento da administração pública. 2.7.1 Direito fundamental à boa administração pública. 2.8 Aspectos sociais, econômicos e políticos que condicionam a administração pública. 2.9 Papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos. 2.10 Uso de controles e indicadores de produtividade. 2.11 Administração orçamentária. 2.12 Estado e Regulação. Políticas Públicas.

3 Regime jurídico-administrativo. 3.1 Conceito. 3.2 Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.

14 Agentes públicos. 14.1 Legislação pertinente. 14.2 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina; Regime Próprio de Previdência do Estado do Santa Catarina (Lei Estadual nº 6.745/1985 e suas alterações). Terminologia. Vínculos de trabalho (funções, cargos e empregos). Noção. Acessibilidade. Cargos públicos. Regime jurídico. Vencimento, remuneração e subsídio. Estabilidade. Vitaliciedade. Acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Férias, décimo terceiro salário, licenças e direito de greve. Sindicalização. Aposentadoria e pensão. Limites de despesas com pessoal. Responsabilidade dos servidores. Poder disciplinar. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar (Lei Complementar nº 491/2010 e suas alterações). Comunicabilidade de instâncias. 14.3 Disposições constitucionais aplicáveis. 14.4 Disposições doutrinárias. 14.5 Conceito. 14.6 Espécies. 14.7 Cargo, emprego e função pública. 14.8 Provimento. 14.9 Vacância. 14.10 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 14.11 Remuneração. 14.12 Direitos e deveres. 14.13 Responsabilidade. 14.14 Processo administrativo disciplinar. 14.15 Regime de previdência.

20 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

21 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e suas alterações (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e suas alterações).

DIREITO CIVIL e DIREITO EMPRESARIAL

2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS

3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato. 3.8 Associações. 3.9 Sociedades. 3.10 Fundações. 3.11 Grupos despersonalizados. 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.

15 Direito de família. 15.1 Casamento. 15.2 Relações de parentesco. 15.3 Regime de bens entre os cônjuges. 15.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores. 15.5 Alimentos. 15.6 Bem de família. 15.7 União estável. 15.8 Concubinato. 15.9 Tutela. 15.10 Curatela.

16 Direito das sucessões. 16.1 Sucessão em geral. 16.2 Sucessão legítima. 16.3 Sucessão testamentária. 16.4 Inventário e partilha.

17 Direito de empresa. 17.1 Empresário. 17.2 Empresa individual. 17.3 Sociedade. 17.4 Estabelecimento. 17.5 Institutos complementares. 17.6 Atividade empresarial pública. 17.7 Espécies de empresa. 17.8 Responsabilidade dos sócios. 17.9 Distribuição de lucros. 17.10 Sócio oculto. 17.11 Segredo comercial. Oposição ao controle externo. 17.12 Teoria geral do direito societário. 17.13 Conceito de sociedade. 17.14 Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas. 17.15 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização. 17.16 Sociedade limitada; sociedade anônima. 17.17 Estabelecimento empresarial. 17.18 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária. Preferências e privilégios creditórios. 17.19 Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial. 17.20 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição: Natureza, conceito e objeto. Classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais; supremacia da Constituição. 1.2 Perspectiva sociológica. 1.3 Perspectiva política. 1.4 Perspectiva jurídica. 1.5 Fontes formais. 1.6 Concepção positiva. 1.7 Pluralismo jurídico. As fontes normativas não estatais. 1.8 Normas constitucionais. Definição. Estrutura. Classificações. Princípios e regras. Preâmbulo. Efeitos das normas da Constituição brasileira de 1988. 1.9 Efeitos temporais da norma constitucional.

2 Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia; normas programáticas.

3 Norma jurídica e enunciado normativo. Características da norma jurídica. Lacunas e Integração do Direito: analogia, costumes e equidade. Colisão entre normas constitucionais. Ponderação e juízo de adequação. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Direito Constitucional Intertemporal. Teoria da recepção. Disposições constitucionais transitórias.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS

5 Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; Teorias da argumentação jurídica; Critério da interpretação conforme. 5.1 Interpretação administrativa. Contencioso administrativo. Tribunais quase-judiciais. 5.2 Crise da ortodoxia legal e a concepção instrumental da lei. 5.3 Teoria geral do princípio da proporcionalidade. Teoria geral dos conceitos legais indeterminados. Direito constitucional jurisprudencial. 5.4 Liberalismo igualitário, comunitarismo, procedimentalismo e republicanismo. Suas projeções no domínio constitucional.

6 Divisão de poderes. Conceito e objetivos. História. Independência e harmonia entre poderes. Mecanismos de freios e contrapesos. Estatuto constitucional dos agentes políticos. Imunidade parlamentar. Limites constitucionais da investigação parlamentar. Crimes de responsabilidade. Controle social, político e jurisdicional do exercício do poder. O princípio republicano.

11 Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo. Emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. O processo de incorporação dos tratados internacionais. Devido processo legislativo; Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional; Comissões Permanentes. imunidades parlamentares; Legislativo e soberania popular. A crise da representação política.

13 Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; Histórico. Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidencialismo de coalizão. Presidente da República: estatuto. Competências. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. Ministros de Estado. Organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 13.1 Poder Executivo estadual. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito. Poder Legislativo estadual. Imunidade dos deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado.

16 Orçamento público: controle social, político e jurisdicional. Controle externo e controle interno da administração pública. Finanças públicas na Constituição. Normas orçamentárias na Constituição. Orçamento Programa. Espécies de Orçamento público. Princípios constitucionais orçamentários. Tribunais de Contas e o Ministério Público de Contas. 16.1 Orçamento e fiscalização orçamentária. Fundamentos constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Crise do modelo de controle da responsabilidade fiscal. Finanças públicas dos entes subnacionais. Tribunais de Contas. Ministério Público de Contas. Perspectivas de evolução institucional do controle externo Brasil. Críticas ao modelo. PEC 329/2013. 16.2 Processo Legislativo orçamentário: 16.3 Emendamento, discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. 16.4 Ciclos legislativos orçamentários. 16.5 O papel do Poder Legislativo e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 16.6 Sistemas de planejamento, de orçamento e de administração financeira. 16.7 SIOP, SIAFI, SIASG, SIGPLAN e Siga Brasil. 16.8 Papel dos órgãos central e setoriais de orçamento. 16.9 Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. 16.10 Execução orçamentária e financeira. 16.11 Descentralização orçamentária. 16.12 Transferências constitucionais, legais e voluntárias. 16.13 Legislação sobre o tema. 16.13.1 Decreto 6.170/2007 e suas alterações. 16.14 Créditos adicionais. Controle e avaliação da execução orçamentária.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS

17 O sistema de controle interno. 17.1 O papel do Poder Legislativo no Sistema de Controle. 17.2 O Controle de Obras Públicas pelo Poder Legislativo.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1 Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. 1.1 Orçamento: conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários. 1.2 Normas gerais de direito financeiro. 1.3 Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Orçamento público e transparência. Emendas parlamentares. Fragilidades do modelo de planejamento orçamentário brasileiro. 1.4 Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações (Normas Gerais de Direito Financeiro). 1.5. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). Histórico. O problema da dívida pública e do crédito internacional. FMI – Fundo Monetário Internacional. Modelo de fiscalização adotado. Atribuições dos tribunais de contas. Resultados práticos da aplicação da lei na saúde fiscal dos entes federados. Uniformidade da interpretação da norma nacional pelas cortes de contas. Fragilidades do modelo. Responsabilidade fiscal e desenvolvimento econômico.

5 Receita pública. 5.1 Conceito. 5.2 Classificações. 5.3 Etapas e estágios. 5.4 Ingressos e receitas.

8 Competência tributária. 8.1 Não exercício da competência. 8.2 Competência residual e extraordinária. 8.3 Limitações da competência. 8.4 Princípios da legalidade e da tipicidade. 8.5 Princípio da anualidade. 8.6 Proibição de tributos interlocais. 8.7 Imunidade e isenção. 8.8 Uniformidade tributária. 8.9 Tributação das concessionárias. 8.10 Sociedades mistas e fundações. 8.11 Imunidade recíproca. 8.12 Extensão da imunidade às autarquias.

12 Administração tributária: procedimento fiscal; sigilo fiscal e prestação de informações; dívida ativa; certidões e cadastro.

13 Tribunais de Contas, Ministério Público de Contas e o controle da renúncia de receitas. Entendimentos jurisprudenciais sobre o tema.

PROCESSO DE CONTAS

5 Apreciação de atos administrativos.

6 Fiscalização da gestão fiscal 6.1 Fiscalização exercida por iniciativa da Assembleia Legislativa 6.2 Apreciação de atos de admissão de pessoal, aposentadoria, transferência para a reserva, reformas e pensões 6.3 Fiscalização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres 6.4 Fiscalização da aplicação de subvenções, auxílios e contribuições.

8 Inspeções e auditorias.

14 Denúncia e Representação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPC/SC)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DE CONTAS

16 Sanções e medidas cautelares 17 Distribuição, instrução e tramitação de processos.

19 Exercício do contraditório e do direito de defesa.

27 Legislação. 27.1 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e suas alterações). 27.2 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 27.3 Regimento Interno do Ministério Público de Contas de Santa Catarina (Portaria MPC nº 48/2018 e suas atualizações). 27.4 Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e suas alterações). 27.4.1 Aplicação subsidiária da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. 27.5. Aplicação subsidiária das normas de Processo Civil no processo de contas.

29 Poder requisitório do Ministério Público de Contas.

30 Procedimento Investigativo, Monitoramento e Notificações Recomendatórias no âmbito do Ministério Público de Contas de Santa Catarina. 30.1 Portaria nº MPC 04/2020.